STJ00103562 - v.1

Pablo Stolze Gagliano

Juiz de Direito na Bahia. Professor de Direito Civil da UFBA – Universidade Federal da Bahia, da Escola da Magistratura do Estado da Bahia e do Curso LFG. Mestre em Direito Civil pela PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia.

Rodolfo Pamplona Filho

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da UNIFACS – Universidade Salvador. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito Civil e em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito e do Curso de Especialização *on-line* em Direito e Processo do Trabalho do CERS Cursos *on-line* (em convênio com o grupo Estácio). Professor Associado da graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da UFBA – Universidade Federal da Bahia. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela UCLM – Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (antiga Academia Nacional de Direito do Trabalho, tendo exercido sua Presidência, Vice-Presidência, Secretaria-Geral e Coordenação Regional – Bahia), da Academia de Letras Jurídicas da Bahia (tendo exercido sua Secretaria-Geral), da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL

Parte Geral 1

18ª edição
revista, ampliada e atualizada de acordo com o
Estatuto da Pessoa com Deficiência e com o novo CPC

2016

Editora Saraiva

STJ00103562 - v.1

Editora Saraiva

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SAC: 0800 011 7875
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial *Luiz Roberto Curia*
Gerência editorial *Thaís de Camargo Rodrigues*
Assistência editorial *Poliana Soores Albuquerque*

Coordenação geral *Clarissa Boraschi Maria*
Preparação de originais *Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e Ana Cristina Garcia (coords.)*
Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e diagramação *Lais Soriano*
Revisão de provas *Amélia Kassis Ward e Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)*
Márcia Abreu
Wilson Imoto
Serviços editoriais *Elaine Cristina da Silva*
Kelli Priscila Pinto
Surane Vellenich
Capa *Roney Camelo*

Produção gráfica *Marli Rampim*
Impressão *Corprint Gráfica e Editora Ltda.*
Acabamento *Corprint Gráfica e Editora Ltda.*

ISBN 978-85-472-0195-1 volume 1

Gagliano, Pablo Stolze

Novo curso de direito civil, volume 1 : parte geral / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 18. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e com o novo CPC. – São Paulo : Saraiva, 2016.

1. Direito civil - Legislação - Brasil I. Pamplona Filho, Rodolfo. II. Título.

CDU-347(81)(094.4)

Índices para catálogo sistemático:

1. Código civil : 1916 : Brasil	347(81)(094.4)
2. Código civil : 2002 : Brasil	347(81)(094.4)

Data de fechamento da edição: 17-12-2015

Dúvidas?
Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

196.818.018.001 | 970405

1057891

STJ00103562 - v.1

Índice

Agradecimentos 7
Uma Reflexão Sobre o Novo Código Civil 21
Prefácio à Primeira Edição 23
Apresentação da Primeira Edição 25
Nota dos Autores à Décima Oitava Edição 29
Nota dos Autores à Décima Quarta Edição 31
Nota dos Autores à Décima Segunda Edição 33
Nota dos Autores à Décima Primeira Edição 35
Nota dos Autores à Nona Edição 37
Nota dos Autores à Sétima Edição 39
Nota dos Autores à Sexta Edição 41
Nota dos Autores à Quinta Edição 43
Nota dos Autores à Terceira Edição 45
Nota dos Autores à Segunda Edição 47
Nota dos Autores à Primeira Edição 49

Capítulo I
Noções Elementares de Direito

1. Objetivo do capítulo 51
2. Noções propedêuticas de direito 51
   2.1. Etimologia 51
   2.2. Conceito 52
   2.3. Outras acepções qualificadas da expressão "direito" 54
   2.4. Direito e moral 55
   2.5. Direito e poder 58
3. Fontes do direito 59
   3.1. Classificação das fontes 60
   3.2. Fontes do direito em espécie 61
      3.2.1. Legislação 61
         a) Características gerais da lei 61
         b) Classificação das leis 62
      3.2.2. Costume 66
      3.2.3. Jurisprudência 69
      3.2.4. Doutrina 72
      3.2.5. Analogia 72
      3.2.6. Princípios gerais do direito 73

3.2.7. Equidade 74
4. Algumas palavras sobre os sistemas jurídicos (*civil law* e *common law*) 77
5. A dicotomia entre direito público e direito privado e a taxionomia do Direito Civil 80
6. Conceito doutrinário e histórico do Direito Civil 81
7. Conteúdo do Código Civil 83

Capítulo II
A Codificação do Direito Civil

1. O sentido da codificação 85
2. Argumentos favoráveis e desfavoráveis à codificação 87
3. Antecedentes históricos 89
4. A codificação do Direito Civil brasileiro: aspectos históricos e legislativos 91
5. Descentralização e constitucionalização do Direito Civil 95
6. O Novo Código Civil brasileiro 100
7. Princípios norteadores do Código Civil de 2002 102

Capítulo III
Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

1. O objetivo da Lei de Introdução ao Código Civil: ser uma Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro 105
2. Vigência, validade, eficácia e vigor das normas 107
3. Aplicação de normas jurídicas 113
3.1. Interpretação de normas 114
3.2. Algumas noções sobre a integração normativa 117
3.3. Aplicação temporal de normas 118
3.4. Conflito de normas no tempo (Direito Intertemporal) 124
3.5. Aplicação espacial de normas 127
3.6. Conflito de normas no espaço 129

Capítulo IV
Pessoa Natural

1. A personalidade jurídica 133

1.1. Conceito 133
1.2. Aquisição da personalidade jurídica 135
1.3. O nascituro 137

2. Capacidade de direito e de fato e legitimidade 143
2.1. Incapacidade absoluta 146
2.2. Incapacidade relativa 151
2.2.1. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos 152
2.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos 153
2.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade 155
2.2.4. Os pródigos 155
2.2.5. Algumas palavras sobre a capacidade jurídica dos silvícolas 157
2.3. Suprimento da incapacidade (representação e assistência) 158
2.4. Restituição e anulação por conflito de interesses com o representado 160

3. Emancipação 162

4. Nome civil 169
4.1. Esclarecimentos terminológicos 170
4.2. Possibilidade de alteração do nome 172
4.3. Tutela jurídica do nome 177

5. Estado da pessoa natural 178

6. Registro civil 179

7. Extinção da pessoa natural 183
7.1. Morte civil 184
7.2. Morte presumida 185
7.2.1. Ausência 185
a) Curadoria dos bens do ausente 186
b) Sucessão provisória 187
c) Sucessão definitiva 189
d) Retorno do ausente 190
e) Ausência e dissolução do casamento 190
7.2.2. Justificação de óbito 191
7.3. Morte simultânea (comoriência) 192

Capítulo V
Direitos da Personalidade

1. Importância da matéria 195

2. Conceito e denominação 196
3. Natureza dos direitos da personalidade 196
4. A construção da teoria dos direitos da personalidade e das liberdades públicas 200
5. Titularidade 201
6. Características dos direitos da personalidade 204
6.1. Caráter absoluto 205
6.2. Generalidade 205
6.3. Extrapatrimonialidade 206
6.4. Indisponibilidade 206
6.5. Imprescritibilidade 208
6.6. Impenhorabilidade 208
6.7. Vitaliciedade 209
7. Classificação dos direitos da personalidade 209
7.1. Direito à vida 210
7.2. Direito à integridade física 215
7.2.1. Direito ao corpo humano 217
a) Direito ao corpo vivo 217
b) Direito ao corpo morto (cadáver) 222
7.2.2. Direito à voz 224
7.3. Direito à integridade psíquica 225
7.3.1. Direito à liberdade 225
7.3.2. Direito à liberdade de pensamento 229
7.3.3. Direito às criações intelectuais (autoria científica, artística e literária) 230
7.3.4. Direito à privacidade 231
7.3.5. Direito ao segredo pessoal, profissional e doméstico 232
7.4. Direito à integridade moral 233
7.4.1. Direito à honra 233
7.4.2. Direito à imagem 234
7.4.3. Direito à identidade 236
8. A proteção dos direitos da personalidade 236

Capítulo VI
Pessoa Jurídica

1. Introdução e conceito 241

2. Denominações 243
3. Natureza jurídica da pessoa jurídica (teorias explicativas) 243
3.1. Teorias negativistas 244
3.2. Teorias afirmativistas 244
4. Pressupostos existenciais da pessoa jurídica 247
5. Surgimento da pessoa jurídica 248
5.1. Sociedades irregulares ou de fato 251
5.2. Grupos despersonalizados 255
6. Capacidade e representação da pessoa jurídica 258
7. Classificação das pessoas jurídicas 262
7.1. Pessoas jurídicas de direito público 263
7.2. Pessoas jurídicas de direito privado 265
7.2.1. As associações 268
7.2.2. As sociedades 272
a) Constituição das sociedades 273
b) Classificação das sociedades 274
7.2.3. As fundações 278
a) Afetação de bens livres por meio do ato de dotação patrimonial 280
b) Instituição por escritura pública ou testamento 281
c) Elaboração dos estatutos 281
d) Aprovação dos estatutos 283
e) Realização do registro civil 285
7.2.4. As organizações religiosas 287
7.2.5. Os partidos políticos 288
7.2.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada ... 289
8. Responsabilidade civil e penal das pessoas jurídicas 292
9. Desconsideração da personalidade jurídica (*disregard doctrine*) 294
9.1. Esclarecimentos terminológicos 296
9.2. Hipóteses de aplicação 299
9.3. Disciplina processual da desconsideração da personalidade 304
9.3.1. Reflexões sobre iniciativas legislativas 304
9.3.2. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica ... 307
a) Iniciativa 307
b) Fundamentos para a desconsideração 308

c) Momento da desconsideração 309
d) Contraditório e instrução 312
e) Natureza da decisão 312
f) Recurso 313
g) Efeitos da desconsideração 313

10. Extinção da pessoa jurídica 313

Capítulo VII
Domicílio Civil

1. Importância da matéria 315
2. Conceito 317
3. Morada, residência e domicílio: distinções necessárias 318
4. Tratamento legal e mudança de domicílio 319
5. Domicílio aparente ou ocasional 321
6. Domicílio da pessoa jurídica 322
7. Espécies de domicílio 323

Capítulo VIII
Bens Jurídicos

1. Os bens como objeto de relações jurídicas 327
2. Bem × coisa 329
3. Patrimônio jurídico 330
4. Classificação dos bens jurídicos 332
4.1. Dos bens considerados em si mesmos (arts. 43 a 57 do CC/1916 e arts. 79 a 91 do CC/2002) 333
4.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos 333
4.1.2. Bens imóveis e móveis 334
a) Classificação dos bens imóveis 335
a.1) Imóveis por sua própria natureza 335
a.2) Imóveis por acessão física, industrial ou artificial. 335
a.3) Imóveis por acessão intelectual 336
a.4) Imóveis por determinação legal 336
a.5) Considerações sobre a natureza imobiliária do direito à sucessão aberta 337

b) Classificação dos bens móveis 338
b.1) Móveis por sua própria natureza 338
b.2) Móveis por antecipação 338
b.3) Móveis por determinação legal 338
c) Semoventes 339
4.1.3. Bens fungíveis e infungíveis 339
4.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis 339
4.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis 341
4.1.6. Bens singulares e coletivos 341
4.2. Dos bens reciprocamente considerados (arts. 58 a 64 do CC/1916 e arts. 92 a 97 do CC/2002) 342
4.2.1. Classificação dos bens acessórios 343
a) Os frutos 343
b) Os produtos 344
c) Os rendimentos 345
d) As pertenças 345
e) As benfeitorias 346
f) As partes integrantes 348
4.3. Dos bens públicos e particulares 348
5. Bem de família 350
6. Coisas fora do comércio 364

Capítulo IX
Fato Jurídico em Sentido Amplo

1. Noções introdutórias sobre a importância do estudo do fato jurídico 367
2. Conceito de fato jurídico em sentido amplo 368
3. Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo 368
4. Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico 370
4.1. Aquisição de direitos 370
4.2. Modificação de direitos 372
4.3. Conservação de direitos 372
4.4. Extinção de direitos 373
5. Fato jurídico em sentido estrito 373
6. Ato-fato jurídico 375
7. Ato jurídico em sentido estrito 377

Capítulo X
Negócio Jurídico (Noções Gerais)

1. Introdução 383
2. A transformação da teoria do negócio jurídico 383
3. Conceito e teorias explicativas do negócio jurídico 387
4. Concepção do negócio jurídico no direito positivo e pelos planos de existência, validade e eficácia 389
5. Classificação dos negócios jurídicos 391
6. Interpretação do negócio jurídico 393

Capítulo XI
Plano de Existência do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de existência 395
2. Elementos constitutivos do negócio jurídico 396
   2.1. Manifestação de vontade 397
   2.2. Agente emissor da vontade 398
   2.3. Objeto 398
   2.4. Forma 399
   2.5. Algumas palavras sobre a causa nos negócios jurídicos 400

Capítulo XII
Plano de Validade do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de validade 405
2. Pressupostos de validade do negócio jurídico 406
   2.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé 407
   2.2. Agente emissor da vontade capaz e legitimado para o negócio. 412
      2.2.1. Da representação 414
   2.3. Objeto lícito, possível e determinado (ou determinável) 416
   2.4. Forma adequada (livre ou legalmente prescrita) 417

Capítulo XIII
Defeitos do Negócio Jurídico

1. Introdução 421
2. Vícios do negócio jurídico 421
   2.1. Erro ou ignorância 421

2.2. Dolo 426
2.3. Coação 431
2.4. Lesão 434
2.5. Estado de perigo 442
2.6. Simulação 445
2.7. Fraude contra credores 450

Capítulo XIV
Invalidade do Negócio Jurídico

1. Introdução 459
2. Considerações prévias sobre a inexistência do ato ou negócio jurídico 461
3. Nulidade absoluta 462
4. Nulidade relativa (anulabilidade) 467
5. Quadro geral comparativo: nulidade absoluta × nulidade relativa 473
6. Conversão do negócio jurídico 474

Capítulo XV
Plano de Eficácia do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de eficácia 479
2. Elementos acidentais limitadores da eficácia do negócio jurídico.... 479
2.1. Condição 480
2.2. Termo 489
2.3. Modo ou encargo 492

Capítulo XVI
Prova do Negócio Jurídico

1. Considerações gerais 495
2. Provas, em espécie, do negócio jurídico 498
2.1. Confissão 499
2.2. Documento 501
2.3. Testemunha 507
2.4. Presunções 511
2.5. Perícia 513
3. Considerações finais 515

Capítulo XVII
Ato Ilícito

1. Noções introdutórias e conceituais 519
2. Da inexistência de diferença ontológica entre ilícito civil e penal.... 520
3. Tratamento no Código Civil de 1916 e no Novo Código Civil..... 522
4. O abuso de direito 524
5. Causas excludentes de ilicitude..... 526

Capítulo XVIII
Prescrição e Decadência

1. O tempo como fato jurídico..... 531
2. Fundamentos sociais da limitação temporal de direitos e pretensões. 532
3. Noções conceituais..... 533
4. Distinção entre prescrição e decadência 539
4.1. Critérios tradicionais..... 540
4.2. Fundamento doutrinário para distinção *a priori* de prescrição e decadência..... 542
4.2.1. Classificação dos direitos subjetivos quanto à finalidade.. 542
a) Direitos a uma prestação..... 542
b) Direitos potestativos..... 543
b.1) Exercitáveis mediante simples declaração de vontade do titular..... 543
b.2) Exercitáveis mediante declaração de vontade do titular, com exigência judicial no caso de resistência 543
b.3) Exercitáveis mediante ajuizamento obrigatório de ação judicial..... 544
4.2.2. Classificação moderna das ações..... 544
4.2.3. Correspondência entre os institutos da prescrição e decadência com a tutela jurisdicional pretendida 545
5. A prescrição e a decadência no Novo Código Civil..... 545
6. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição..... 549
7. Causas interruptivas da prescrição 553
8. Prazos de prescrição no Novo Código Civil 560

9. Prazos de decadência no Novo Código Civil 564
10. Prazos prescricionais em matéria de Direito Intertemporal 565

Referências 569

STJ00103784 - v.2

Pablo Stolze Gagliano

Juiz de Direito na Bahia. Professor de Direito Civil da UFBA – Universidade Federal da Bahia, da Escola da Magistratura do Estado da Bahia e do Curso LFG. Mestre em Direito Civil pela PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia.

Rodolfo Pamplona Filho

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da UNIFACS – Universidade Salvador. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito Civil e em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito e do Curso de Especialização *on-line* em Direito e Processo do Trabalho da Estácio (em parceria tecnológica com o CERS Cursos *on-line*). Professor Associado da graduação e da pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da UFBA – Universidade Federal da Bahia. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela UCLM – Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL

Obrigações 2

18ª edição

revista e atualizada de acordo com o novo CPC

2017

saraiva jur

STJ00103784 - v.2

ISBN 978-85-472-1574-3 volume 2

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gagliano, Pablo Stolze

Novo curso de direito civil, volume 2 : obrigações / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 18.ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

1. Direito civil - Legislação - Brasil I. Pamplona Filho, Rodolfo. II. Título.

16-1510 CDU 347(81)(094.4)

Índices para catálogo sistemático:

1. Código civil : 1916 : Brasil 347(81)(094.4)
2. Código civil : 2002 : Brasil 347(81)(094.4)

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente editorial Thaís de Camargo Rodrigues
Edição Deborah Caetano de Freitas Viadana

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Markelângelo Design e Projetos

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Roney Camelo
Produção gráfica Marti Rampim
Impressão e acabamento Brasilform Editora e Ind. Gráfica

Data de fechamento da edição: 20-12-2016

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602731 CAE 612601

1057891

STJ00103784 - v.2

Índice

Agradecimentos 7
O muito obrigado de quem, ensinando, só faz aprender 19
Prefácio à Primeira Edição 21
Apresentação da Primeira Edição 23
Nota dos Autores à Décima Oitava Edição 25
Nota dos Autores à Décima Sétima Edição 27
Nota dos Autores à Décima Terceira Edição 29
Nota dos Autores à Décima Primeira Edição 31
Nota dos Autores à Décima Edição 33
Nota dos Autores à Oitava Edição 35
Nota dos Autores à Quinta Edição 37
Nota dos Autores à Quarta Edição 39
Nota dos Autores à Segunda Edição 41
Nota dos Autores à Primeira Edição 43

Capítulo I
Introdução ao Direito das Obrigações

1. Considerações iniciais 45
2. Conceito e importância do Direito das Obrigações 45
3. Evolução histórica do Direito das Obrigações 46
4. Âmbito do Direito das Obrigações 47
5. Distinções fundamentais entre Direitos Pessoais e Reais 49
   5.1. Figuras híbridas entre Direitos Pessoais e Reais 52
6. Considerações terminológicas 53
   6.1. Conceitos correlatos 54
7. O Direito das Obrigações no Código Civil de 1916 55
8. O Direito das Obrigações no Código Civil de 2002 55

Capítulo II
Estrutura da Obrigação

1. Noções gerais 59
2. Elemento subjetivo: sujeitos da relação obrigacional 60
3. Elemento objetivo: a prestação 61
4. Elemento ideal: o vínculo jurídico entre credor e devedor 63

Capítulo III
Fontes das Obrigações

1. Introdução 65

2. As fontes das obrigações no Direito Romano 66
3. Classificação moderna das fontes das obrigações 67
4. As fontes das obrigações no Código Civil de 1916 e no Novo Código Civil 70

Capítulo IV
Objeto da Obrigação — A Prestação

1. Considerações iniciais 71
2. Características fundamentais da prestação 73
2.1. Licitude 75
2.2. Possibilidade 75
2.3. Determinabilidade 76
3. Principais modalidades de prestações 77

Capítulo V
Classificação Básica das Obrigações

1. Introdução 81
2. Classificação básica 81
2.1. Obrigações de dar 82
2.1.1. Obrigações de dar coisa certa 82
2.1.2. Obrigações de dar coisa incerta 86
2.1.3. Obrigações de dar dinheiro (obrigações pecuniárias)..... 89
2.2. Obrigações de fazer 94
2.2.1. Descumprimento culposo das obrigações de fazer: a sua tutela jurídica 95
2.3. Obrigações de não fazer 103
2.3.1. Descumprimento culposo das obrigações de não fazer: a sua tutela jurídica 104

Capítulo VI
Classificação Especial das Obrigações

1. Outros critérios metodológicos adotados para a classificação das obrigações 107
2. Classificação especial das obrigações 108
3. Classificação especial quanto ao elemento subjetivo (sujeitos) 109

3.1. Obrigações fracionárias 109
3.2. Obrigações conjuntas 110
3.3. Obrigações disjuntivas 111
3.4. Obrigações solidárias 112
3.4.1. A solidariedade 112
3.4.1.1. Solidariedade ativa 114
3.4.1.2. Solidariedade passiva 119
3.4.2. Subsidiariedade 124
4. Classificação especial quanto ao elemento objetivo (prestação) 127
4.1. Obrigações alternativas 127
4.2. Obrigações facultativas 131
4.3. Obrigações cumulativas 131
4.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis 132
4.5. Obrigações líquidas e ilíquidas 136
4.5.1. Conceito de liquidação 137
4.5.2. Modalidades de liquidação 138
5. Classificação especial quanto ao elemento acidental 142
5.1. Obrigações condicionais 143
5.2. Obrigações a termo 143
5.3. Obrigações modais 144
6. Classificação especial quanto ao conteúdo 144
6.1. Obrigações de meio 144
6.2. Obrigações de resultado 145
6.3. Obrigações de garantia 146

Capítulo VII
Obrigação Natural

1. Noções conceituais 147
2. Uma rápida visão das obrigações naturais no Direito Romano 147
3. Fundamentos e natureza jurídica da obrigação natural 149
4. Classificação das obrigações naturais 151
5. Disciplina das obrigações naturais no Direito brasileiro 152

Capítulo VIII
Teoria do Pagamento — Condições Subjetivas e Objetivas

1. Sentido da expressão "pagamento" e seus elementos fundamentais. 155

2. Natureza jurídica do pagamento 157
3. Condições subjetivas do pagamento 158
3.1. De quem deve pagar 158
3.2. Daqueles a quem se deve pagar 163
4. Condições objetivas do pagamento 169
4.1. Do objeto do pagamento e sua prova 169
4.2. Do lugar do pagamento 176
4.3. Do tempo do pagamento 178

Capítulo IX
Formas Especiais de Pagamento

1. Considerações gerais sobre formas de extinção das obrigações 181
2. Enumerando as formas especiais de pagamento 181

Capítulo X
Consignação em Pagamento

1. Noções gerais e conceituais 183
2. Natureza jurídica do pagamento em consignação 184
3. Hipóteses de ocorrência 185
4. Requisitos de validade 188
5. Possibilidade de levantamento do depósito pelo devedor 189
6. Consignação de coisa certa e de coisa incerta 190
7. Despesas processuais 192
8. Prestações periódicas 192
9. Regras procedimentais para a consignação em pagamento 193
9.1. Consignação extrajudicial 194
9.2. Aplicabilidade da consignação extrajudicial nas relações trabalhistas 198
9.3. Consignação judicial em pagamento 199
9.4. O procedimento judicial trabalhista da ação de consignação em pagamento 204

Capítulo XI
Pagamento com Sub-rogação

1. Compreensão da palavra "sub-rogação" 209

2. Conceito e espécies 210
2.1. Pagamento com sub-rogação legal 211
2.2. Pagamento com sub-rogação convencional 214
3. Efeitos jurídicos da sub-rogação 215

Capítulo XII
Imputação do Pagamento

1. Noções introdutórias 219
2. Conceito e requisitos 219
3. Imputação do credor e imputação legal 220

Capítulo XIII
Dação em Pagamento

1. Conceito 223
2. Requisitos da dação em pagamento 224
3. Evicção da coisa dada em pagamento 225
4. Dação *pro solvendo* 226

Capítulo XIV
Novação

1. Introdução 229
2. Conceito 229
3. Requisitos 230
4. Espécies 235
4.1. Novação objetiva 235
4.2. Novação subjetiva (ativa, passiva ou mista) 235
4.3. Novação mista 238
5. Efeitos 239

Capítulo XV
Compensação

1. Introdução 241
2. Conceito e espécies 241

3. Requisitos da compensação legal 243
4. Hipóteses de impossibilidade de compensação 245
5. Compensação de dívidas fiscais 246
6. Aplicabilidade supletiva das regras da imputação do pagamento 248

Capítulo XVI
Transação

1. Noções conceituais 251
2. Elementos constitutivos 251
3. Natureza jurídica 252
4. Espécies 254
5. Forma 254
6. Objeto 255
7. Características principais 256
8. Efeitos 257

Capítulo XVII
Compromisso (Arbitragem)

1. Noções introdutórias 261
2. Conceito de arbitragem 262
3. Esclarecimentos terminológicos 263
4. Classificação da arbitragem no sistema de mecanismos de solução de conflitos 264
5. Breve relato da experiência histórica brasileira do uso de arbitragem 265
6. Características gerais positivas da arbitragem 266
   6.1. Celeridade 266
   6.2. Informalidade do procedimento 267
   6.3. Confiabilidade 268
   6.4. Especialidade 268
   6.5. Confidencialidade ou sigilo 268
   6.6. Flexibilidade 269
7. Natureza jurídica do compromisso e da arbitragem 269
8. Espécies de arbitragem 270
   8.1. Quanto ao modo 271

8.2. Quanto ao espaço 271
8.3. Quanto à forma de surgimento 272
8.4. Quanto aos fundamentos da decisão 272
8.5. Quanto à liberdade de decisão do árbitro 272
9. Arbitragem *x* Poder Judiciário 273
10. A atual Lei de Arbitragem (Lei n. 9.307/96 — "Lei Marco Maciel") 279
11. Procedimento da arbitragem 279
12. Incidência da arbitragem na legislação trabalhista brasileira 282
13. Considerações críticas sobre a utilização da arbitragem na sociedade brasileira 284

Capítulo XVIII
Confusão

1. Conceito 287
2. Espécies 287
3. Efeitos e restabelecimento da obrigação 288

Capítulo XIX
Remissão

1. Noções introdutórias e conceituais 291
2. Esclarecimentos terminológicos 292
3. Requisitos da remissão da dívida 293
4. Espécies de remissão 294
5. Remissão a codevedor 295

Capítulo XX
Transmissão das Obrigações: Cessão de Crédito, Cessão de Débito (Assunção de Dívida) e Cessão de Contrato

1. Introdução 297
2. Cessão de crédito 298
2.1. Conceito e espécies 298
2.2. Institutos análogos 299

2.3. Exemplificação e disciplina legal 299
2.4. Notificação do devedor e responsabilidade do cedente 302
3. Cessão de débito (assunção de dívida) 304
4. Cessão de contrato 308
4.1. Cessão do contrato de trabalho 309

Capítulo XXI
Inadimplemento Absoluto das Obrigações

1. Noções introdutórias: o ciclo vital da obrigação 317
2. O inadimplemento culposo da obrigação 318
3. Inadimplemento fortuito da obrigação 321

Capítulo XXII
Inadimplemento Relativo das Obrigações — A Mora

1. Introdução 325
2. Mora do devedor (*solvendi* ou *debendi*) 326
3. Mora do credor (*accipiendi* ou *credendi*) 331
4. Purgação e cessação da mora 334

Capítulo XXIII
Perdas e Danos

1. Consequências do inadimplemento culposo da obrigação 337
2. Perdas e danos 338
3. Juros 346
3.1. Conceito e espécies 346
3.2. Juros no processo do trabalho 351
3.3. Juros e atividade bancária 352

Capítulo XXIV
Prisão Civil

1. Introdução 357
2. Breve histórico da prisão civil 357

3. Conceito e o tratamento da prisão civil no Direito brasileiro 358
3.1. Da prisão civil decorrente de inadimplemento de obrigação alimentar 359
3.2. Da prisão civil decorrente da condição de depositário infiel 365
3.2.1. Da caracterização da condição de depositário infiel 366
3.2.2. A saga da prisão civil do depositário infiel — da previsão constitucional à ilicitude 368
3.2.3. Da consequência jurídica da caracterização como depositário infiel, ante a impossibilidade de decretação da prisão civil 370
3.2.4. Breves considerações críticas sobre a prisão civil do devedor na alienação fiduciária 370

Capítulo XXV
Cláusula Penal

1. Conceito e espécies 375
2. Cláusula penal compensatória e cláusula penal moratória no direito positivo brasileiro 377
3. A nulidade da obrigação principal e a cláusula penal 381
4. Cláusula penal e institutos jurídicos semelhantes 382

Capítulo XXVI
Arras Confirmatórias e Arras Penitenciais

1. Disciplina normativa das arras no Código Civil de 1916 e no de 2002 385
2. Conceito de arras 385
3. Modalidades de arras ou sinal 386
3.1. Arras confirmatórias 386
3.2. Arras penitenciais 388
4. Arras e cláusula penal 390

Capítulo XXVII
Atos Unilaterais

1. Noções introdutórias 391

2. Promessa de recompensa 391
2.1. Pressupostos de validade 392
2.2. Possibilidade de revogação 393
2.3. Concorrência de interessados 393
2.4. Concursos com promessa pública de recompensa 393
3. Gestão de negócios 394
3.1. Obrigações do gestor e do dono do negócio 395

Capítulo XXVIII
Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido

1. Noções introdutórias 397
2. Enriquecimento sem causa 397
3. Pagamento indevido 399
3.1. Espécies de pagamento indevido 400
3.2. Pagamento indevido e boa-fé 401
3.3. Ação de *in rem verso* 403

Capítulo XXIX
Preferências e Privilégios Creditórios

1. Noções introdutórias 407
2. Esclarecimentos terminológicos 408
3. Concurso de credores 408
4. Categorias das preferências no Código Civil brasileiro 409
5. Ordem preferencial no Direito brasileiro 411

Referências 415

STJ00109517 - V. 3

PABLO STOLZE GAGLIANO

Juiz de Direito na Bahia. Professor de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia — UFBA, da Escola da Magistratura do Estado da Bahia e do Curso LFG. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia.

RODOLFO PAMPLONA FILHO

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador-BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador — UNIFACS. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito e dos Cursos de Especialização *on-line* em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho do CERS Cursos *on-line*. Professor Associado III da graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Máster em *Estudios en Derechos Sociales* para *Magistrados de Trabajo de Brasil* pela Universidad de Castilla-La Mancha/ Espanha — UCLM. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro e Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Membro (e ex-Presidente) do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil — IBDCivil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM.

NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL 3

RESPONSABILIDADE CIVIL

18ª edição

revista e atualizada

2020

saraiva jur

STJ00109517 - V. 3

ISBN 978-85-536-0771-6 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gagliano, Pablo Stolze ; Pamplona Filho, Rodolfo
Novo curso de direito civil, v. 3 : responsabilidade civil / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 18. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
472 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1498-1 (impresso)

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

20-0038 CDU 340

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito civil 346

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias

Diagramação e revisão Know-How Editorial
Capa Paulo Caetano
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Corprint

Data de fechamento da edição: 6-12-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606204 CAE 716937

STJ00109517 - V. 3

Índice

Agradecimentos 7
Sobre a Importância do Estudo do Direito Civil 19
Prefácio à Primeira Edição — Responsabilidade a quatro mãos 21
Apresentação da Primeira Edição 25
Nota dos Autores 29

Capítulo I
Introdução à Responsabilidade Jurídica

1. Introdução 31
2. Conceito jurídico de responsabilidade 31
3. Responsabilidade jurídica × Responsabilidade moral 33
4. Responsabilidade civil × Responsabilidade criminal 34

Capítulo II
Noções Gerais de Responsabilidade Civil

1. Conceito de responsabilidade civil 39
2. Breve notícia histórica da responsabilidade civil 40
3. Considerações iniciais sobre as espécies de responsabilidade civil 43
   3.1. Responsabilidade civil subjetiva × Responsabilidade civil objetiva 43
   3.2. Responsabilidade civil contratual × Responsabilidade civil extracontratual ou aquiliana 46
4. Natureza jurídica da responsabilidade civil 50
5. Função da reparação civil 51
6. Importância do estudo da responsabilidade civil 53

Capítulo III
Elementos da Responsabilidade Civil

1. Uma visão geral dos elementos da responsabilidade civil 55
2. Algumas palavras sobre o elemento (acidental) culpa 56
3. Considerações sobre a responsabilidade civil e imputabilidade 57

Capítulo IV
A Conduta Humana

1. A conduta humana: primeiro elemento da responsabilidade civil... 59
2. Classificação da conduta humana ... 60
3. A conduta humana e a ilicitude ... 62

Capítulo V
O Dano

1. Conceito de dano ... 67
2. Requisitos do dano indenizável ... 71
3. Espécies de dano: patrimonial, moral e estético ... 77
4. Dano reflexo ou em ricochete ... 83
5. Danos coletivos, difusos e a interesses individuais homogêneos ... 86
6. Formas de reparação de danos ... 89
7. O tempo como um bem jurídico tutelável ... 91

Capítulo VI
O Dano Moral

1. Introdução ... 95
2. A preocupação do atual Código Civil brasileiro com a questão da moralidade ... 96
3. Conceito e denominação ... 97
4. Breve notícia de precedentes históricos sobre o dano moral ... 98
   4.1. Código de Hamurabi ... 99
   4.2. As Leis de Manu ... 101
   4.3. O Alcorão ... 101
   4.4. A Bíblia Sagrada ... 101
   4.5. Grécia antiga ... 102
   4.6. Direito Romano ... 103
   4.7. Direito Canônico ... 105
   4.8. Evolução histórico-legislativa no Brasil ... 106
5. Dano moral direto e indireto ... 109
6. Reparabilidade do dano moral ... 109
   6.1. Argumentos contra a reparabilidade do dano moral ... 109

6.1.1. Falta de um efeito penoso durável 110
6.1.2. Incerteza de um verdadeiro direito violado 111
6.1.3. Dificuldade de descobrir a existência do dano 111
6.1.4. Indeterminação do número de pessoas lesadas 113
6.1.5. Impossibilidade de uma rigorosa avaliação em dinheiro 114
6.1.6. Imoralidade de compensar uma dor com dinheiro 116
6.1.7. Amplo poder conferido ao Juiz 117
6.1.8. Impossibilidade jurídica da reparação 118
6.2. Natureza jurídica da reparação do dano moral 119
6.3. Cumulatividade de reparações (danos morais, materiais e estéticos) 122
7. Dano moral e pessoa jurídica 123
8. Dano moral e direitos difusos e coletivos 125
9. O dano moral e o meio ambiente de trabalho 126

Capítulo VII
Nexo de Causalidade

1. Introdução 129
2. Teorias explicativas do nexo de causalidade 130
2.1. Teoria da equivalência das condições ("conditio sine qua non") ... 130
2.2. Teoria da causalidade adequada 132
2.3. Teoria da causalidade direta ou imediata 134
3. Teoria adotada pelo Código Civil brasileiro 136
4. Causas concorrentes 140
5. Concausas 141
6. A teoria da imputação objetiva e a responsabilidade civil 143

Capítulo VIII
Causas Excludentes de Responsabilidade Civil e Cláusula de não Indenizar

1. Introdução 147
2. Causas excludentes de responsabilidade civil 147
2.1. Estado de necessidade 148
2.2. Legítima defesa 149
2.3. Exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal 152

2.4. Caso fortuito e força maior 156
2.5. Culpa exclusiva da vítima 161
2.6. Fato de terceiro 163
3. Cláusula de não indenizar 166

Capítulo IX
A Responsabilidade Civil Subjetiva e a Noção de Culpa

1. Introdução 169
2. Breve histórico e conceito de culpa: da glória ao declínio 169
3. Elementos da culpa 173
4. Graus e formas de manifestação da culpa em sentido estrito (negligência, imprudência e imperícia) 174
5. Espécies de culpa 177

Capítulo X
Responsabilidade Civil Objetiva e a Atividade de Risco

1. Introdução 183
2. A responsabilidade civil objetiva na legislação especial e na atividade de risco 184
3. Como conciliar a responsabilidade civil objetiva e o art. 944, parágrafo único, do atual Código Civil 191

Capítulo XI
Responsabilidade Civil por Ato de Terceiro

1. Introdução 195
2. Tratamento legal da matéria 195
3. Responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores 200
4. Responsabilidade civil dos tutores e curadores pelos tutelados e curatelados 204
5. Responsabilidade civil do empregador ou comitente pelos atos dos seus empregados, serviçais ou prepostos 207
6. Responsabilidade civil dos donos de hotéis, hospedarias e estabelecimentos educacionais por ato dos seus hóspedes, moradores e educandos 212

7. Responsabilidade civil pelo produto de crime 213
8. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado 214

Capítulo XII
Responsabilidade Civil pelo Fato da Coisa e do Animal

1. Introdução 219
2. A importância do direito francês 220
3. A doutrina da guarda da coisa e do animal no Brasil 221
4. O responsável civil pela guarda da coisa ou do animal 222
5. Tratamento legal 223
   5.1. Responsabilidade civil pela guarda do animal 223
   5.2. Responsabilidade civil pela ruína de edifício ou construção 227
   5.3. Responsabilidade civil pelas coisas caídas de edifícios 230
6. Questões jurisprudenciais frequentes 231

Capítulo XIII
Responsabilidade Civil Contratual

1. Importância do tema 235
2. Regras positivadas sobre inadimplemento contratual 235
3. Responsabilidade civil contratual 236
4. Algumas palavras sobre a cláusula penal 239
5. Responsabilidade civil pré-contratual 239
   5.1. Recusa de contratar 240
   5.2. Quebra das negociações preliminares 242
6. Responsabilidade civil pós-contratual 245

Capítulo XIV
Responsabilidade Civil do Estado

1. Introduzindo este e os próximos capítulos 247
2. Evolução das teorias explicativas sobre a responsabilidade civil do estado 248
   2.1. Teoria da irresponsabilidade 248
   2.2. Teorias subjetivistas 249

2.2.1. Teoria da culpa civilística 249
2.2.2. Teoria da culpa administrativa 250
2.2.3. Teoria da culpa anônima 251
2.2.4. Teoria da culpa presumida (falsa teoria objetiva) 252
2.2.5. Teoria da falta administrativa 252
2.3. Teorias objetivistas 254
2.3.1. Teoria do risco administrativo 255
2.3.2. Teoria do risco integral 255
2.3.3. Teoria do risco social 256
3. Teoria adotada no sistema jurídico brasileiro 256
4. Algumas palavras sobre a responsabilidade civil do agente material do dano 264
4.1. A denunciação da lide 267
5. Prescrição da pretensão indenizatória contra o Estado 268

Capítulo XV
Responsabilidade Civil Profissional

1. Noções fundamentais 271
2. Conceito de atividade profissional 271
3. Natureza jurídica da responsabilidade civil decorrente de danos causados no exercício da profissão 272
4. A aplicação do Código de Defesa do Consumidor e do art. 927, parágrafo único, do Código Civil brasileiro de 2002 275
5. Casuística 276
5.1. Responsabilidade civil médica 277
5.1.1. Identificando obrigações de resultado na atividade médica 278
5.1.2. O dever de prestar socorro 280
5.1.3. O erro médico 288
5.1.4. Responsabilidade civil dos hospitais ou clínicas médicas 289
5.1.5. Responsabilidade civil das empresas mantenedoras de planos e seguros privados de assistência à saúde 290
5.1.6. Responsabilidade civil odontológica 292
5.2. Responsabilidade civil do advogado 292
5.2.1. Natureza jurídica da obrigação de prestação de serviços advocatícios 293
5.2.2. Responsabilidade civil pela perda de uma chance 294
5.2.3. A ofensa irrogada em juízo e suas consequências 295

Capítulo XVI
Responsabilidade Civil nas Relações de Trabalho

1. Noções gerais 299
2. Compreendendo a caracterização jurídica da relação de emprego .. 300
   2.1. Considerações terminológicas 300
   2.2. Elementos essenciais para a configuração da relação de emprego 302
   2.3. Sujeitos da relação de emprego: empregado e empregador 304
3. Disciplina e importância da responsabilidade civil nas relações de trabalho 306
   3.1. Responsabilidade civil do empregador por ato do empregado 306
   3.2. Responsabilidade civil do empregado em face do empregador 307
   3.3. O litisconsórcio facultativo e a denunciação da lide 308
   3.4. Responsabilidade civil do empregador por dano ao empregado 310
      3.4.1. Responsabilidade civil decorrente de acidente de trabalho 312
   3.5. Responsabilidade civil em relações triangulares de trabalho 318

Capítulo XVII
Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo

1. Introdução: O Código de Defesa do Consumidor 325
   1.1. Partes na relação de consumo: fornecedor e consumidor 327
   1.2. Objeto da relação de consumo: produto ou serviço 329
2. Responsabilidade civil pelo fato do produto ou serviço (acidente de consumo) 337
   2.1. A responsabilidade civil dos profissionais liberais 346
   2.2. Prazo prescricional para a pretensão reparatória decorrente do acidente de consumo 348
3. Responsabilidade civil pelo vício do produto ou serviço 349
4. Responsabilidade civil pela inserção do nome do consumidor nos bancos de dados 352

Capítulo XVIII
Responsabilidade Civil do Transportador

1. Considerações iniciais 359
2. O contrato de transporte 361
   2.1. Transporte de coisas ou mercadorias 361
   2.2. Transporte de pessoas 366

3. Transporte gratuito 373
4. Visão geral sobre o transporte aeronáutico 376

Capítulo XIX
Responsabilidade Civil do Empreiteiro, Construtor e Incorporador

1. Noções fundamentais 381
2. Contratos de empreitada, construção e incorporação imobiliária ... 382
3. Responsabilidade civil do empreiteiro, do construtor e do incorporador 384
4. Incidência do Código de Defesa do Consumidor 393
5. Responsabilidade trabalhista na atividade de construção civil 395

Capítulo XX
Responsabilidade Civil das Instituições Financeiras

1. Esclarecimento terminológico 397
2. Perspectivas de análise da responsabilidade civil 398
   2.1. Responsabilidade civil em face dos seus agentes 398
   2.2. Responsabilidade civil em face dos seus clientes/consumidores. 398
      2.2.1. Responsabilidade civil pelo pagamento de cheque falso 401
      2.2.2. Responsabilidade civil pelo furto ou roubo dos bens depositados em cofres bancários 407
   2.3. Responsabilidade civil em face de terceiros 409

Capítulo XXI
Responsabilidade Civil Decorrente de Crime

1. Jurisdição civil × jurisdição penal 413
2. Efeitos civis da sentença penal condenatória: a execução civil da sentença penal e a ação civil "ex delicto" 415

Capítulo XXII
A Ação de Indenização (Aspectos Processuais da Responsabilidade Civil)

1. Algumas palavras sobre a proposta do último capítulo 419
2. A indenização 419

3. Métodos para fixação da indenização 421
4. Tarifações legais de indenização 423
4.1. Danos causados por demanda de dívida inexigível 423
4.2. Danos à vida e à integridade física da pessoa 424
4.3. Danos decorrentes de usurpação e esbulho 425
4.4. Indenização por injúria, difamação ou calúnia 425
4.5. Indenização por ofensa à liberdade pessoal 426
5. Quantificação de indenizações por danos morais 426
5.1. Critérios de quantificação 427
5.1.1. Arbitramento 427
5.1.2. Indenizações com parâmetros tarifados 431
5.1.3. Parâmetros de quantificação de danos extrapatrimoniais na "Reforma Trabalhista" 445
5.1.4. Outros critérios para fixação de valor de indenização por danos morais 447
5.2. Algumas palavras sobre o bom-senso do julgador 448
5.3. Cumulatividade da reparação por danos morais e materiais ... 452
6. A questão da culpa para a fixação da indenização 453
7. A legitimação para demandar pela indenização 456

Referências 459